

OCUPAÇÃO URBANA E RESISTÊNCIA EM CABO VERDE: ABORDAGEM HISTÓRICA A PARTIR DA PERSPECTIVA DO LUGAR

URBAN OCCUPATION AND HOUSING INFORMALITY IN THE:
THEORETICAL-CONCEPTUAL APPROACH FROM THE
PERSPECTIVE OF PLACE

Rutte Cardoso Andrade

RESUMO: No presente artigo propomos uma análise histórica sobre a informalidade habitacional no contexto da cidade da Praia, Cabo Verde. A nossa abordagem será realizada desde uma perspectiva do lugar, considerando as especificidades das configurações culturais e históricas do contexto cabo-verdiano. Nesse movimento sankofa de teorização teremos em devida conta, a concepção pan-africana e afrocentrada, como estratégia para captarmos a riqueza e heterogeneidade epistemológica do objeto de análise. Nesse construto teórico conceitual, destacamos o papel central dos sujeitos africanos e sua agência no contexto da nossa história africana, fazendo, desse modo, a demarcação epistemológica. Descreveremos o processo de inserção das periferias do país, especialmente as da cidade de Praia e como essas se configuraram historicamente, num contexto marcado pelo sistema de dominação colonial. A nossa análise segue pela caracterização da relação entre duas categorias relevantes, centro e periferia, essenciais para a compreensão do fenômeno urbano.

PALAVRAS CHAVE: Informalidade Habitacional; Agência; Periferia.

ABSTRACT: In this paper we propose a theoretical and conceptual analysis about housing informality in the context of the city of Praia, Cape Verde. Our approach will be taken from a local perspective, considering the specificities of the cultural and historical configurations of the Cape Verdean context. In this sankofa movement of theorizing we will take due account of the pan-African conception as a strategy for capturing the richness and epistemological heterogeneity of the object of analysis. In this conceptual theoretical construct, we highlight the central role of African subjects and their agency in the context of our African history, thus making the epistemological demarcation. We will describe the process of insertion of the peripheries of the country, especially the peripheries of the city of Praia and how they were historically configured, in a context marked by the system of colonial domination. Our analysis follows the characterization of the relationship between two relevant categories, center and periphery, essential in understanding the urban phenomenon.

Editor-Gerente

[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

Editores

[Detoubab Ndiaye](#), Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus II

[Dr. Pedro Acosta Leyva](#), UNILAB - São Francisco do Conde /Ba, Brasil

KEYWORDS: Housing Informality; Agency; Periphery.

OCUPAÇÃO URBANA E RESISTÊNCIA EM CABO VERDE: ABORDAGEM HISTÓRICA A PARTIR DA PERSPECTIVA DO LUGAR

Rutte Cardoso Andrade¹

Cidade da Praia: memória da ocupação do espaço urbano

A cidade da Praia, capital de Cabo Verde reflete o projeto de colonialismo e escravização pelo que passou desde o desembarque dos africanos escravizados no porto da Praia, em 1515. Esta data marca a formação de um povoado no topo de uma pequena achada, desde então designada de *Plateau*, com 40m de altitude. As vertentes escarpadas constituíam defesas naturais e a sua posição estratégica no comércio transatlântico por possuir a melhor baía da ilha de Santiago, que pela sua característica larga oferecia excelentes condições à navegação da época. Essas características naturais permitiram gradualmente que o então povoado do porto da Praia se desenvolvesse, em virtude também do declínio e abandono da vila de Alcatraz e da migração da população da primeira cidade fundada pelos europeus nos trópicos, a cidade de Ribeira Grande.

Como ficou evidente a Cidade da Praia se encontra localizada num planalto, com uma praça central e, ao seu redor, as principais instituições e serviços, como igrejas, tribunais, câmara ou prefeitura, mercado, bancos, hospitais, escolas, entre outros. A parte central da cidade, o primeiro núcleo a ser ordenado, mantém até hoje a sua planta reticulada com ruas paralelas que dão acesso a uma praça central. Apenas na década de 1970, a parte norte foi ocupada com novas habitações para funcionários públicos, liceu e outros edifícios públicos.

O pequeno planalto foi estrategicamente urbanizado com infraestruturas necessárias para atender à elite colonial portuguesa. No pequeno espaço havia edifícios importantes como a Casa do Governador, a igreja, o hospital, além de um dos mais importantes serviços: a sede dos militares. Também havia os equipamentos de defesa militar apontados na direção do mar. O pequeno planalto situado nas proximidades do porto recebia as embarcações as quais atravessavam o Atlântico, para abastecer, assim como as mercadorias trazidas para o abastecimento das ilhas do arquipélago.

A vila da Praia de Santa Maria surgiu em 1615, quando se deu o início do povoamento de um planalto situado perto de uma praia chamada pelos colonizadores de Santa Maria. Inicialmente utilizada como porto “informal”, para que não se pagassem as taxas aduaneiras na

¹ Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: rutteandrade@unilab.edu.br

então capital de Ribeira Grande, a localidade foi progressivamente adquirindo características de uma vila com a gradual fuga dos africanos escravizados, da Ribeira Grande, quando do declínio dessa última. A passagem oficial da capital de Ribeira Grande para a Praia de Santa Maria aconteceu em 1770. Através de um decreto de 1858, com a elevação do estatuto de vila para o de cidade, Praia tornou-se definitivamente a capital de Cabo Verde, concentrando as funções de centro político, religioso e econômico (CORREIA; SILVA, 2009, p. 52).

Durante muito tempo, somente a região do *Plateau* era considerada cidade, sendo os outros bairros relegados à condição de subúrbios periféricos, apesar de sempre ter havido uma relação estreita entre o *Plateau* e os outros bairros (movimentos humanos, trocas de bens e serviços etc). No contexto da cidade da Praia, *Plateau* se configura como um centro de produção e reprodução de poder entre os colonizadores e os escravizados, sendo este último considerado como não-ser, e relegados a condição de sub-humano, e ao espaço periférico, concebido como não-lugar. Deste modo, durante o período colonial, praticamente só o *Plateau* é que usufruiu de uma urbanização contemplada com infraestruturas próprias como escolas, hospitais, igreja, mercado, tribunal e justiça, bancos, praças, entre outros. Os restantes dos bairros desenvolveram-se organicamente de modo informal, a medida da resistência dos cabo verdianos.

Depois da independência, em 1975, é que se passou a considerar a cidade da Praia como sendo o *Plateau*, incluindo todos os bairros circundantes. Procurou-se descentralizar e munir toda a cidade de infraestrutura adequada. Embora os planos diretores de urbanização sejam relativamente recentes, eles já se encontram em curso e preveem a expansão da cidade, ao norte, na Achada de São Filipe, e a oeste, em Palmarejo. Mesmo assim, o *Plateau* continua a ser um polo de atração dos movimentos diários no seio da cidade, não por ser o bairro maior, a exemplo de Achada Grande, nem por ser o mais populoso, como Achada de Santo António, mas por ser considerado pelos habitantes como o centro comercial, administrativo e simbólico da cidade.

Seguindo o seu percurso histórico, Andrade (1986, p. 29) afirma: “en 1612, Philippe I er d’Espagne décid a la fortification de la ‘povoação’ de Praia et laré édification des maisons en ruine.”² Por sua vez, Amaral (1987, p. 205) realçou que: “Il concéd a desprivilèges aux résidents pourqu’ils les construisent avec despierres et de lachaux et mettent destoituresentuilles.”³

Inicialmente, o modelo de construção do povoado da Praia era africano, experiências, técnicas e conhecimentos transportados do continente pelos africanos escravizados, a partir do qual atribuíram sentido e ressignificaram o processo de ocupação do espaço e urbanismo na cidade da Praia em Cabo Verde.

² Tradução: em 1612, Filipe I da Espanha decidiu fortalecer a povoação da Praia e construir as casas em ruínas.

A cidade da Praia foi concebida e construída a partir do modelo eurocêntrico, para atender aos interesses e às necessidades dos colonizadores, e, mais tarde, de uma pequena elite caboverdiana que usufruía das mazelas da colonização⁴ e adquiriu o poder econômico e status social. Apesar do modelo de construção ter sido imposto pelo colonizador, as casas eram construídas segundo os modelos africanos, sobretudo no que concerne aos materiais utilizados. São casas construídas com pedras e barros, cobertas de palhas, e, mais do que isso, as práticas de construção e todo o processo e interação que se constituía durante a construção das casas envolvem outros valores importantes do sistema cultural africano, marcados pelos princípios de solidariedade, comunidade, irmandade, ubuntu, circularidade, corporeidade, sacralidade, encruzilhada, força vital, entre outros (SODRÉ, 1988).

As pessoas construíam as suas casas e, no dia da cobertura, diziam “a casa está coberta” e consideravam-na como terminada, pois já era possível morar. A inauguração da casa é acompanhada das celebrações entre a família e a comunidade, que através de *djunta-mo* (trabalho cooperativo), colaboraram no processo de construção. Os materiais utilizados pelos africanos no continente (Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Senegal, Moçambique, Angola, entre outros) e na diáspora, a exemplo de algumas comunidades quilombolas no Brasil, são sustentáveis e expressam a relação de respeito pela natureza, como um dos princípios estruturantes do sistema cultural milenar. Deste modo, as habitações são construídas com materiais sustentáveis. Em Cabo Verde essas práticas de construção sustentável foram preservadas pelos “rabelados”, questão que abordaremos mais à frente.

A destruição e o apagamento das culturas africanas sempre foram as estratégias de dominação que os europeus desde muito cedo descobriram como forma de manter a relação do poder nas suas metrópoles colonizadas. Assim, no contexto da cidade da Praia, as práticas culturais africanas de construção de habitações foram simplesmente banidas pelos administradores coloniais desde os primeiros momentos da configuração urbana da cidade. Para Amaral:

³ Tradução: Ele concede privilégios aos moradores para construí-los com pedras e cal e colocar telhas.

⁴ Walter Rodney foi um militante pan-africanista e um dos maiores historiadores do século XX, autor do clássico, intitulado, “Como a Europa subdesenvolveu a África (1985). O trabalho de Rodney assumiu um lugar fundamental para entender os legados da escravidão e do colonialismo para o subdesenvolvimento que se desenrolou, ao longo de séculos, no continente Africano. Os argumentos do Rodney, fundamentam-se no pressuposto de que a África - longe de estar fora do sistema mundial - foi crucial para o crescimento do capitalismo no Ocidente. O que ele chama de subdesenvolvimento foi, de fato, produto de séculos de *maafa* (holocausto, tragédia da escravidão), exploração e imperialismo. Rodney mostra conclusivamente que poderes coloniais e imperiais - não apenas enriqueceram seus próprios impérios, mas, de fato, inverteram o desenvolvimento econômico e social na África. O subdesenvolvimento é uma condição historicamente produzida através da expansão capitalista e do imperialismo, e muito claramente não uma propriedade intrínseca da própria África. Ele situa assim o subdesenvolvimento dentro do processo contraditório do capitalismo, que cria valor e riqueza para os exploradores, enquanto oprime os explorados. Como Rodney assegurou, o comércio africano foi fundamental para o seu crescimento, o mais importante através do tráfico de escravos de aproximadamente 1445 à 1870, transformando a África em fonte de matéria-prima humana para o Europa e América.

a decisão do governador João da Mata Chapuzet (1822-1826) contribuiu na mudança da fisionomia e no ordenamento da cidade, ao mandar alinhar e calçetar ruas, abrir calçadas e largos, animou a população a cobrir as suas casas de telha e a cair as paredes. Mesmo assim, na cidade, as casas continuavam a distribuir-se irregularmente, mantendo a maior parte delas o aspecto de palhotas. Anos antes, no consulado do governador Marcelino António Basto, começaram a surgir as primeiras casas cobertas de telha e a primeira rua alinhada, a Rua do Corvo (ver o anexo II) (AMARAL. 1967, p. 329).

Um dos primeiros marcos históricos relevantes data de 1826, ano em que as autoridades públicas locais, militares e eclesiásticas endereçaram ao Rei D. João VI uma petição demandando a elevação da Vila de Santa Maria da Praia à categoria de cidade e a capital de Cabo Verde. Segundo Amaral (1987, p. 205), a vila da Praia oferecia melhores condições que Ribeira Grande porque o sítio para a povoação é precioso, eminente, mui lavado dos ares, e em uma planície muito igual e, sobretudo, defendida da natureza. Não obstante a força desses argumentos, a transferência definitiva da capital para a Praia só aconteceu em 1858.

A cidade da Praia manteve uma paisagem marcada pelas habitações cobertas de palhas (traços de uma construção africana milenar), por muito tempo, apesar das diversas tentativas do poder local, em exigir às comunidades que habitavam na cidade o cumprimento das deliberações do município a mudar o aspecto físico das habitações. O objetivo era uniformizar a construção de casas, o que implicou na elaboração, em 1870, de algumas orientações urbanísticas. Assim, observa Amaral:

As casas de primeiro andar deveriam ter de altura, pelo menos, 29 palmos (cerca de 6,5 m), e as casas abarracadas, 17 palmos (3,8m). Por volta de 1875, a pequena cidade já estava mais organizada, com ruas e praças calçetadas, árvores plantadas; as espeluncas quase tinham desaparecido e pelas ruas deixaram de circular os animais, proibidos no interior da cidade e em arredores mais próximos (AMARAL, 1964, p. 332).

As preocupações das elites políticas cabo-verdianas em banir as práticas culturais africanas ficam muito explícitas no parágrafo acima citado, pois a sociedade cabo-verdiana, de origem colonial escravocrata, dirigida pelas elites cabo-verdiana europeizada, desde os primórdios da configuração da cidade da Praia, manifestou preocupação e o interesse em construir a cidade da Praia segundo os critérios, da modernidade. Para isso, reforçavam os padrões europeus de construção de habitação e de ocupação do espaço, conforme veremos mais à frente, proibindo a manutenção e construção de habitação de modelo africano.

Deste modo, essas práticas revelam apenas alguns exemplos típicos do racismo institucional em Cabo Verde, fenômeno historicamente vivo e vivido pelo povo e sua cultura

tanto no continente como na diáspora. O esforço em excluir e manter na invisibilidade as culturas africanas sempre foi estratégia da colonização. Em Cabo Verde, historicamente, muito cedo, os “brancos da terra”, assumiram o comando da administração das ilhas do arquipélago, sendo relevante esse fato no que tange ao processo de independência política do nosso país. Porém, é inegável que ele contribuiu para reforçar as práticas neocoloniais⁵ no sistema de urbanização em Cabo Verde (MOORE, 2006; 2007 e RODNEY, 1975).

Desse modo, verifica-se um esforço enorme por parte dos dirigentes cabo-verdianos em excluir, folclorizar e relegar para o campo dos estereótipos as práticas culturais africanas de urbanização, trazidas pelos nossos ancestrais africanos no processo de povoamento das ilhas de Cabo Verde. Nesse sentido, importa atentar que os espaços públicos são definidores das identidades das cidades e de seu povo. São espaços de produção das sociabilidades urbanas e promovem as expressões das culturas e dos grupos sociais. A democratização da vida urbana das cidades é consequência dos interesses de grupos representados nos espaços edificados, nas suas concepções, usos e formas de gestão. O tema do espaço público tem íntima relação com os ideais de qualidade de vida, liberdade e justiça social.

Segundo Henrique Cunha Junior, a cidade é traduzida em boa parte pelas conformações urbanísticas e pelos usos dados aos espaços públicos. Os desenhos urbanos das cidades sustentáveis, pensando o conceito como cidades, onde a maioria da população vive em conforto material, consensos coletivos, conforto cultural e espiritual, a cidade percebida como bonita, com ambiência saudável, na sociabilidade e gostosa de conviver.

Origem histórica da informalidade urbana na cidade da praia

O diagnóstico conceitual da informalidade na cidade da Praia remete ao processo histórico de Cabo Verde, envolvendo a relação entre colonizador e africanos escravizados. Ocupadas por Portugal desde 1460, as ilhas de Cabo Verde foram povoadas por africanos do continente, oriundos de diversas expressões humanas da costa ocidental africana e uma minoria branca de colonizadores que juntos participaram na formação da sociedade cabo-verdiana.

Segundo o antropólogo José Carlos dos Anjos (2002, p. 43), “a violência física e simbólica que destruiu grande parte da memória étnica dos escravizados, tem sido lida pelos

⁵ O neocolonialismo difere do colonialismo por quatro questões principais: o discurso de fim das relações coloniais e a continuidade das práticas coloniais; a criação de elites africanas para representar os interesses dos “ex-colonizadores”; o uso oficial das línguas coloniais em detrimento das línguas originais; a existência de Estados independentes, mas desprovidos de soberania. As elites africanas marionetes do neocolonialismo e os programas internacionais de espionagem fizeram das independências nacionais em África uma fase de reajustamento do sistema colonial e não de ruptura revolucionária. O neocolonialismo afirmou-se como um colonialismo doméstico ascendeu frustrando o processo de descolonização e bloqueando a possibilidade de uma grande revolução cultural africana (RODNEY, 1975).

intelectuais cabo-verdianos como ‘fusão cultural de europeus e africanos’. Os intelectuais cabo-verdianos exaltam com orgulho a ideologia da mestiçagem (o que os remete à questão do colorismo) em Cabo Verde para afirmar a sua superioridade e distanciamentos em relação ao continente africano. Desse modo, a formalidade está relacionada com o colonizador e a informalidade com o colonizado.

A formalidade sempre pertenceu a um pequeno coletivo, os colonizadores e a elite cabo-verdiana. A informalidade ficou confinada aos africanos escravizados que representam a maior percentagem do segmento de população pobre do país. Portanto, na fase inicial da formação da sociedade cabo-verdiana, já existia uma designação dos lugares sociais diferenciados para o coletivo branco colonizador e o povo negro, na condição de dominados e explorados, desprovidos da própria condição de dignidade humana.

A cidade da Praia, pela sua posição geográfica tem sido erguida no contexto do embate colonial, como um espaço criado para a defesa contra a invasão de piratas e possíveis incursões das populações escravizadas. Nessa perspectiva, Silva (2009) assegura que a constituição da sociedade cabo-verdiana e a ocupação urbana da cidade da Praia estão relacionadas com o desenvolvimento do porto transatlântico, tendo em consideração o seu valor estratégico. Reportando-se à Cidade da Praia, Silva assinala que,

a cidade de origem portuária cresce a partir da concentração de homens de origens externas à prosperidade comercial, e o crescimento da estrutura administrativa do Estado e alargamento da rede urbana (...) numa tendência demográfica expansiva por todo o século XVII (2009, p. 40).

Para Correia e Silva (2009), a cidade cresce não só pela sua estrutura, mas também pela imigração dos homens vindo da periferia rural ou de espaço exterior. Ribeira Grande era uma cidade marcada pela diferença social baseada em diversidade de origens geográficas e étnicas dos seus habitantes (judeus, portugueses, castelhanos, africanos do continente), importando modos de vida (funcionários, mercadorias, prostitutas, mendigos etc). Nesse sentido, no dizer de Correia e Silva:

A percepção da sociedade cabo-verdiana enquanto totalidade historicamente concreta implica que se distinguem dois mundos e se enfoquem os modos possíveis de articulação entre eles: por exemplo, o século XVI representa a expansão do setor (litorâneo) portuário-urbano-mercantil, arregimentado e subordinado ao setor agro-escravocrata do interior. O século XVII representa o inverso da formação litorânea (Vila da Praia, Ribeira Grande, São Filipe) recaem em favor do setor agrário do interior, no seio da qual a componente autossubsistência se impunha face à exportadora (SILVA, 2009, p. 52).

A estruturação urbana da cidade da Praia apresentou, historicamente, problemas de habitação e saneamento. 1858 foi o ano em que Praia é elevada à categoria de cidade com a aprovação de uma postura municipal para o melhoramento das condições higiénicas e de saneamento. Pelo edital de 22 de abril de 1860, a Câmara manda substituir por cobertura de telha as casas cobertas de palha localizadas na Cidade. O crescimento desordenado da cidade da Praia e o abandono de algumas casas em construção e em estado avançado de degradação também foram preocupações da Câmara (SILVA, 2009, p.152, grifo nosso).

O historiador Daniel Pereira assinala que em 1852, deixaram de ser permitidas casas cobertas de palha na Villa da Praia. Para esse historiador as autoridades públicas sempre demonstraram preocupação com os problemas da habitação e o seu impacto na estética urbana e no nível de qualidade de vida da população. Por um lado, a informalidade habitacional na cidade da Praia é concebida como um problema de saúde pública, tendo sido, portanto, implementadas as políticas higienistas. Isto é, deixaram de permitir casas cobertas de palhas para diminuir o impacto delas na higiene da cidade. Por outro lado, a referida lei implementada pela câmara reforçava a preocupação das entidades públicas com relação confinada a estética urbana (PEREIRA, 2012, p. 136).

António Carreira (1984) observa também que, de forma cíclica, fomes e mortandades marcaram a resistência do povo cabo-verdiano, continuando até finais da década de 1940 e meados dos anos 1950. As causas próximas para esse fenómeno, segundo o historiador, foram sempre as secas cíclicas que assolavam as ilhas e que decorriam de sua localização na região saheliana. O impacto da ausência das chuvas na produção de alimentos e na erosão dos mecanismos de segurança alimentar, na ausência de administração colonial efetiva, explicaria o abandono das comunidades mais distantes do centro, principalmente as pessoas que viviam no campo e o arrastamento urbano, resultando nas fomes e nas mortes deles decorrentes.

Nos anos 1859, verifica-se um processo intenso de migração rural para o centro urbano. Conforme Pereira (2012, p. 136): “a fome bate novamente a porta da ilha de Santiago, com ou sem cortejo de males e consequências conforme representação dos habitantes da cidade da Praia que sofre invasão de famintos”. Nesse sentido, o êxodo rural foi um fenómeno marcante na história da cidade da Praia, pois o mesmo representa um fator determinante no processo de formação da cidade. Nas palavras do Semedo:

Território exíguo, carente de solo, de água e de florestas, sem recursos minerais, sem dinheiro, sem infraestruturas com uma população mal alimentada em crescimento acelerado, Independência foi sem dúvida uma das maiores aventuras da Nação Cabo-verdiana. O crescimento demográfico manteve-se um ritmo acelerado, com o advento da Independência os centros urbanos acolheram

os excedentes populacionais dum espaço rural sem solos e sem água, fenômeno que veio acentuar as assimetrias regionais e provocarem graves problemas sociais a Cidade da Praia. Esse êxodo rural teve maior impacto nas ilhas com melhores perspectivas de desenvolvimento como é o caso de Santiago, São Vicente e Sal. Nos percursos históricos das ilhas, vários administradores tentaram criar alternativas agrícolas para libertar os camponeses da seca, mas todas fracassaram (SEMEDO. 1998, p. 45).

As pessoas da periferia que viviam no campo e locais mais periféricos, marcadas pelo racismo estrutural, específico de uma conjuntura social colonial, exclusão social e abandono das autoridades coloniais, procuram a cidade como estratégia para potencializar meios de sobrevivência e forjar alguma forma de oportunidade. Deste modo, os escravizados fugiam e se refugiavam nos espaços mais distantes do centro para construírem as suas habitações. No período colonial, as casas eram construídas de palhas de cana-de-açúcar, uma prática africana, que ainda existe, sobretudo no interior da ilha de Santiago, com particular incidência nas comunidades dos Rabelados que ainda preserva, de alguma forma a rica, milenar, sistemática tradição ancestral africana.

Reportando-se ao nível de saneamento no *Platêau*, Enrique Lubrano (2012) fez o seguinte depoimento: “as habitações de pior construção e por isso as mais imundas são sem dúvida alguma as da Ponta Belém e as da Madragoa: convém arrasá-las porque só assim o remédio será eficaz” (LUBRANO apud PEREIRA, 2012). Esse depoimento demonstra que a formalidade sempre esteve ligada ao *Plateau* e de forma aleatória foram surgindo vários bairros através da construção de habitação informal. A formalidade e a informalidade são construções que resultam de confrontos entre grupos sociais, com interesses, projetos e cosmovisões não convergentes, para não dizer opostos. Exemplo disso é o bairro de Achada Santo António, o primeiro bairro informal da cidade da Praia no período colonial. O historiador Évora (2009) ressalva que:

A cidade da Praia, pelas condições de infraestrutura fundamental para o desenvolvimento do Santiago e do país e o cais do porto da Praia cujo projeto e respectivo orçamento já tinham sido apresentados. O processo de carga e descarga de navio contribui, assim, para o desenvolvimento do país e da cidade e desta forma para a melhoria das condições de vida de muitos familiares (2009, p. 42).

Não obstante as iniciativas governamentais no período pós-colonial, no sentido de promover a fixação das pessoas nas suas respectivas localidades residenciais, denota-se que as estratégias políticas das instituições de matriz colonial, implementadas para as pessoas que

historicamente viveram em condições de exploração, silenciamento, invisibilidade e racismo institucional não conseguiram travar o fenômeno de migração do campo para a cidade.

À semelhança do que vinha acontecendo nos outros países do continente e na diáspora africana, após a abolição da escravidão não houve política de reparação para os povos africanos escravizados. O racismo institucional, fenômeno silenciado em Cabo Verde, justifica a condição de abandono e exclusão das pessoas, que forçosamente foram condicionadas a ocuparem os espaços consideradas periféricos, segundo a lógica do pensamento ocidental (SODRÉ, 1988; MOORE, 2006).⁶

O rápido crescimento urbano da cidade da Praia associa-se, por um lado, ao crescimento econômico da cidade, decorrente da liberalização da economia, considerando que aumentou as oportunidades do emprego para um grande número de pessoas. É preciso considerar que o processo de liberalização da economia, no contexto cabo-verdiano, surge com o advento da Segunda República, em que se faz a transição de uma economia de Estado, vigente na 1ª República de 1975, para uma economia de mercado, instituído com a 2ª República em 1991. Essas transformações econômicas e sociais vêm no bojo do fenômeno da globalização e Cabo Verde, pela sua localização geoestratégica, sendo um país de migrações, foi rapidamente atingido pelo contágio da globalização econômica.

Desse modo, a estrutura das desigualdades que historicamente se fazem presente na resistência do povo cabo-verdiano mantém-se, ainda que mitigada pelas remessas dos emigrantes espalhados pelas diásporas – Estados Unidos, Portugal, Holanda, Luxemburgo, Senegal, Angola, Argentina, Brasil, entre outros – e pela possibilidade de mobilidade social permitida pelo acesso a empregos públicos melhor remunerados, graças ao alargamento das oportunidades de acesso à escolarização (BARROS, 2015). Importa destacar que, segundo os dados do GINI, como se refere o relatório do Banco Mundial, entre 2002 a 2010, houve uma redução da pobreza de 0,57 para 0,47 (CABO VERDE, 2014).

Por outro lado, o fracasso das políticas públicas e governamentais, tanto do último quartel do período colonial quanto do período pós-colonial, assim como a ausência de políticas públicas com vista à fixação das populações do interior de Santiago e das demais ilhas periféricas, nos seus locais de residências, acelerou o fenômeno de migração em massa das pessoas, dessas regiões, para a cidade capital, que, devido às suas dinâmicas econômicas próprias, permitia melhores condições de empregabilidade às populações migrantes. Como observa o sociólogo Furtado (2015):

Embora a vivência das secas tenha permanecido, seja no imaginário social cabo-verdiana, seja no cotidiano das famílias rurais, enquanto ameaça potencial anualmente renovado por ocasião das as-águas⁷, suas consequências dramáticas em termos de perdas de vida deixaram de existir a partir dos finais dos anos 1950, decorrentes, essencialmente, da pressão política internacional sustentada pelos movimentos independentistas que conduziram à emergência daquilo que Silva (2001) denominou de Estado tardo-colonial. Com efeito, políticas assistenciais foram implementadas, através de programas de construção de infraestruturas rodoviárias e de conservação de solo e águas, no quadro das denominadas popularmente por “Estradas”, a que se acrescem a outros programas alimentar às famílias carentes ou em situações de pobreza extrema. Estas políticas assistenciais não apenas se mantêm no dealbar da independência de Cabo Verde como também se alargam e perduram no tempo, embora mudando de designação, ensaiando uma transformação estrutural nem sempre – ou raras vezes – conseguidas. Os programas de emprego público, privilegiando a utilização intensiva de mão de obra, passaram a se designar, no pós-independência, de Frente de Alta Intensidade de Mão de Obra (FAIMO) (FURTADO, 2015, p. 250).

Nesse sentido, a informalidade habitacional na cidade da Praia é uma práxis que vem desde os primórdios da formação da sociedade cabo-verdiana, mais especificamente a formação da cidade da Praia.

Considerações finais

A ocupação do espaço urbano na informalidade habitacional está presente na história da cidade e representa um aspecto marcante da sua paisagem urbana desde o período colonial. Época essa na qual se destaca a presença de mulheres e homens africanos cujas ações e práticas contribuíram para viabilizar a cidade não só a nível da ocupação e formação da urbe, mas também em dimensões socioculturais, na medida em que imprimiram marcas cujas influências sobre hábitos, sinais e símbolos locais foram decisivas.

Apesar de contribuírem para viabilizar a configuração e formação da cidade, a trajectória histórica da formação e crescimento da cidade foi trilhada através de recorrentes conflitos e confrontos com os poderes públicos. Na tentativa de organização espacial da antiga cidade, as pessoas que construíram as suas casas nos espaços distantes do centro da cidade são acusadas de colaborar para a permanência de hábitos considerados “incivilizados”, que travavam o advento da modernidade. A concepção eurocêntrica da urbanidade que orientou o processo de modernização, considerava o abandono das tradições africanas, espelhadas nos hábitos e costumes de origem africanos, como imprescindível para que a cidade da Praia se modernizasse.

⁶ CUNHA JUNIOR, Henrique. Africanidade e Afrodescendencia. Notas de aula da disciplina de pós-graduação. Fortaleza-CE. 2015.

⁷ Expressão da cabo-verdiana para dignar a época das chuvas em Cabo Verde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUESSY, Honorat. Visões e percepções tradicionais. In SOW, Alpha et.al. **Introdução a Cultura Africana**. Lisboa: Edições 70, p.95-136.

AMARAL, Ilídio do. **A irrupção do Estado insular após a Segunda Guerra Mundial: um fato novo de geografia política**. Lisboa: Finisterra-XII, 44, 1987.

ANI, Marimba. **Yurugu: Na Afrikan-Centered Critique of European Cultural Thought and Behaviour**. Trenton: African World Press, 1994.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinada. In: NASCIMENTO, Elisa L. (Org.). **Afrocentricidade. Uma abordagem epistemológica Inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93-110.

CARREIRA, António. Cabo Verde: **aspectos sociais, secas e fomes do século XX**. Lisboa: Ulteiro, 1984.

_____. **Migrações nas ilhas de Cabo Verde**. 2. ed. Praia: ICL, 1983.

_____. **Demografia cabo-verdiana (subsídios para o seu estudo), 1807-1983**. Praia: Instituto Caboverdiano de Livro, 1985.

DOS ANJOS, José Carlos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Praia: INIPC, 2002.

_____. Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, n. 3, p. 580-606, 2003.

FURTADO, C.A. (Coord.). **Dimensões da pobreza e da vulnerabilidade social em Cabo Verde: uma abordagem sistêmica e interdisciplinar**. Dakar: CODESRIA, 2008.

_____. **A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança: Santiago**. Praia: ICL, 1993.

FANON, Frantz. **Em Defesa da Revolução Africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, Editora 1980.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

MARIANO, Gabriel. **Cultura cabo-verdena: ensaios**, Lisboa: Veja, 1991.

NASCIMENTO, J. N. O. **Crescimento urbano e a estrutura funcional da cidade da Praia**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.

_____. **La croissance et le Système de Gestion et de Planification de la Ville de Praia (Rep. Du Cap-Vert)**. Thèse de Doctorat présenté a l'U.F.R. de Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Rouen, Rouen, 2009.

SEMEDO, José Maria. Um arquipélago do Sahel. In: **Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. Descobertas das Ilhas de Cabo Verde**. PRAIA: AHN; PARIS: SÉPIA 1998.

TAVARES, C. **A política de solos na política urbana: a sua relevância para a cidade da Praia – Cabo Verde**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

Documentos:

IFH. Relatório e contas 2009, Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Praia, 2010a.

INE. **Censo Geral da População e Habitação 2000**. Praia: Instituto Nacional de Estatística, 2001.

_____. **Relatório dos Resultados Preliminares do RGPH, 2010**. Praia: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 2010.

_____. **Censo Geral da População e Habitação 2010**. Praia: Instituto Nacional de Estatística, 2011.

_____. **Habitação em Cabo Verde – Traços de uma política de ação**. Praia: Ministério da Administração Local e Urbanismo, 1988.

MHDOT. **Programa Casa para Todos**. Praia: Ministério da Habitação, Descentralização e Ordenamento do Território, 2010.

MOVIMENTO África 70 & Câmara Municipal da Praia. **Melhoramento das condições de vida nos bairros espontâneos da cidade da Praia**: intervenção piloto no bairro da Bela Vista. Praia: Edição de Alfa Comunicações, 2005.

Recebido em: 10/01/2019

Aprovado em: 15/07/2019